

Brasil não fecha

Economia

Síndia Est
Jornal de Brasília

acordo com credores

Miami — O Brasil não chegou até agora a um acordo com o Comitê de Bancos Credores, e assim cada banco deverá decidir isoladamente se continuará a manter suas linhas de crédito a curto prazo para o país, disseram banqueiros ouvidos pela UPI.

Durante as reuniões mantidas esta semana em Miami pelo Comitê de Bancos, encabeçado pelo presidente do Citibank, William Rhodes, e o presidente do Banco Central do Brasil, Francisco Góes, "não se chegou a qualquer acordo", disse um dos banqueiros. Esse banqueiro, um dos mais altos executivos de uma das principais centrais financeiras da Alemanha Ocidental, foi um dos muitos consultados, quarta à noite pela UPI durante recepção organizada pela Associação Internacional de Banqueiros da Flórida. A reunião ocorreu ao final da Assembleia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Miami.

Segundo o banqueiro alemão, cujas declarações a respeito do Brasil foram corroboradas por vários outros europeus, a falta de acordo entre Góes e o Comitê decorreu do fato de os bancos terem pedido ao Brasil, "que recentemente suspendeu o pagamento dos juros de sua dívida externa, "pelo menos um pagamento simbólico", ao que os brasileiros se negaram.

Foram estes os primeiros contatos formais havidos entre o Brasil e os bancos internacionais privados desde que o presidente José Sarney suspendeu os pagamentos dos juros. Durante as reuniões discutiu-se principalmente o interesse manifestado pelo Brasil em serem mantidas as linhas de créditos comerciais a curto prazo, essenciais para suas exportações.

Sem milagres

Tais linhas normalmente se estendem por 180 dias. E como cada banco as concede individualmente, não tem vencimento em "pacotes", mas sim de uma a uma.

Góes disse que nas reuniões o Brasil prometeu retomar os pagamentos "tão logo quanto possível", mas lembrou que pelo momento nada pagará. "Não devemos esperar milagres antes de 31 de março", acrescentou.

Outro banqueiro europeu disse que cada banco terá de decidir agora por sua própria conta se mantém ou não sua linha de créditos comerciais para o Brasil, já que o Comitê de Bancos não apóia o pedido brasileiro de renovação, mas tampouco recomenda sua suspensão.

Um funcionário de um organismo internacional que assistiu à reunião do

BID recordou que em fins de setembro de 1986 o Comitê de Bancos Credores do Peru fez uma recomendação negativa a respeito da Comissão de créditos àquele país, depois de não chegar a qualquer acordo com seu governo.

"A diferença entre o Peru e o Brasil é clara: os brasileiros negociam conosco, ao passo que os peruanos nem nos procuram, pelo menos agora", disse o banqueiro alemão ocidental. Ele acrescentou, contudo, que há evidências de que uma equipe de economia do governo peruano irá procurar o comitê dentro dos próximos três meses.

As modificações nas equipes econômicas e políticas de alguns países da América Latina foram tema de intensas especulações durante a assembléia do BID, desde que em sua entrevista coletiva de segunda-feira, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, comentou que nas próximas conversações dos comitês do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), "os jogadores latino-americanos poderão ser outros", a frase foi entendida como referente ao Brasil, que ultimamente passou por várias modificações de gabinete.

Supervisão

O banqueiro alemão indicou também que o Brasil terá que submeter sua economia à supervisão de um organismo internacional, para recuperar a confiança dos banqueiros. "O país terá de apresentar um plano ao Fundo Monetário Internacional, pois do contrário os créditos serão muito arriscados", disse e acrescentou:

"Talvez ele possa chegar a um entendimento com o Banco Mundial, possibilidade que foi sugerida anteriormente, quando Brasília se negou a negociar com o FMI, a fim de evitar o que poderia parecer uma capitulação. Mas algum organismo internacional terá que supervisionar a economia brasileira".

Outro banqueiro alemão disse, por sua vez, que as negociações com os bancos privados serão muito difíceis, bem mais difíceis do que as mantidas com os credores oficiais representados pelo Clube de Paris.

"Os bancos norte-americanos têm uma posição dura", acrescentou ele. Ao lhe ser perguntado se esta era uma referência ao Citibank que ultimamente endureceu sua posição frente aos países devedores, limitou-se a repetir. "Há bancos norte-americanos muito duros. Os europeus são mais flexíveis. Isso ocorre, em parte, por diferença de legislação".